


AC. 20369
EX. 57822

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO PARÁ
BIBLIOTECA

INFORMATIVO DO TJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

30



Magistrados de todo o Brasil discutem revisão constitucional Pág. 4

Tribunal perde um de seus Desembargadores Pág. 5

Publicações de raro valor são doadas para a Biblioteca do TJE Pág. 3



Instalação do Juizado Especial de Pequenas Causas (JEPC) da Comarca de São Miguel do Guamá. Na mesa da esq. pa/ a dir.: Dra. Florinda F. ... , Promotora de Justiça; Dras. Ana Timóteo, Antonina do Carmo e Rosi Faria, Jufzas da Comarca; Des. Manuel de Cristo Alves, Presidente do TJE; Dr. Paulo Frota, Coordenador Geral dos JEPC; Vereador Emetério, Presidente da Câmara Municipal; Dr. Alcenildo, Promotor de Justiça; Dra. Estela Lobato, Defensora Pública e a representante da comunidade.

Editorial

Encerrada a 1ª etapa da atualização cadastral

A Comissão executora da Atualização Cadastral dos servidores do TJE, encerrou a primeira fase dos trabalhos. Do total de 1943 servidores que integram o corpo funcional do Tribunal de Justiça, somente 65 pessoas - 5% do total - não atualizaram seus cadastros.

A Secretaria de Administração que tem a frente o Dr. Mangabeira da Silva, está encaminhando ao Presidente Des. Manoel de Chisto Alves o relatório contendo as conclusões da Comissão, responsável pela atualização dos dados dos servidores. Caberá à Presidência, após apre-

ciação do relatório, determinar o cumprimento da Resolução de Nº 407/95 - GP, que afasta da folha de pagamento os servidores que não atualizaram seus cadastros.

A Comissão formada pelos técnicos: José Maria Noronha Tavares coordenador dos trabalhos; Maria Virgínia Vidigal e Vera Maria do Carmo Lobo, procederam detalhado levantamento funcional dos servidores cujo o resultado, os técnicos remeteram para a Secretaria de Administração para o encaminhamento à Presidência do TJE.

LIVROS

ASSIS, Araquem de Da execução de alimentos e prisão do devedor. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

BELÉM. Leis, decretos, etc. Lei orgânica do município de Belém e regimento interno da Câmara Municipal. Belém: CEJUP, 1994.

BELÉM. Prefeitura Municipal. Guia para utilização dos Serviços Públicos Municipal. Belém, 1994.

BORGES, Marcos Afonso. Princípios de direito processual: civil e agrário. Belém: CEJUP, 1991.

BRASIL. Presidente, 1992-1994 (J. Franco). Mensagem ao Congresso Nacional: na abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 49 Legislatura. Brasília: Presidência da República, 1994.

DICIONÁRIO de alemão-português. Porto: Porto Ed., 1990.

FERREIRA, Antônio Gomes. Dicionário de latim-português. Porto Ed., 1988.

GALLO, Antonio Felipe A. A fazenda pública e a cobrança judicial dos débitos fiscais. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

GOMES, Luiz Flávio. A Questão do controle externo do Poder Judiciário. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

LOCAÇÃO: com remissão à Lei 8.245/91. Rio de Janeiro: Esplanada; ADCOAS, 1995. Série Jurisprudência.

MACHADO, Antônio Alberto & GOULART, Marcelo Pedroso. Ministério Público e direito alternativo. São Paulo: Acadêmica, 1992.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. A Seguridade social na Constituição Federal. São Paulo: LTr, 1989.

MARTINS, Ives Granda da Silva. A Constituição aplicada. Belém: CEJUP, vols. 3, 4 e 8.

MICHAELIS, dicionário prático: inglês-português, português-inglês. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

NASCENTES, Antenor. Dicionário da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro: Bloch Ed., 1988.

PERIÓDICOS

AJURIS. Porto Alegre: Associação dos juizes do Rio Grande do Sul, a 22, nº 63, mar.1995.

BIL. BOLETIM INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO FEDERAL E JURISPRUDÊNCIA São Paulo: Juríd Vellenich, nº 15, ago, 1995, nº 16, ago 1995.

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO. São Paulo: NDJ, a 11, nº 8 ago. 1995.

BOLETIM DE DIREITO MUNICIPAL. São Paulo: NDJ, a 11, nº 8 ago. 1995.

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA AD- COAS: Rio de Janeiro: São Paulo. Esplanada. a. 27, nº 23, ago.1995; a 27, nº 25, set.1995.

BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. São Paulo: NDJ, a 8, nº 8, ago.1995.

CALENDÁRIO OBJETIVO DE ORÇAN- GACÕES ESTADUAIS E TABELAS PRÁTICAS. São Paulo: IOB, nº 38, 1995.

COLETANIA DE LEGISLAÇÃO E JURIS- PRUDÊNCIA. São Paulo: Lex, a 59, nº 21, jul, 1995; a 59, nº 22, jul.1995.

ICMS/PII E OUTROS. São Paulo: IOB. a. 29, nº 36, set.1995; a. 29, nº 37, set.1995; a. 29, nº 38, set.1995.

IMPOSTO DE RENDA E LEGISLAÇÃO SOCIETARIA. São Paulo: IOB. a. 29, nº 36, set.1995; a. 29, nº 37, set.1995; a. 29, nº 38, set.1995.

INFORMATIVO DINAMICO. São Paulo: IOB. a. 19, nº 61, ago.1995; a. 19, nº 62, ago.1995; a. 19, nº 63, set.1995; a. 19, nº 64, set. 1995; a. 19, nº 65, set.1995; a. 19, nº 66, set.1995.

JULGADOS DO TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do R.G.S. a. 24, nº 93, mar.1995.

JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. São Paulo: Lex, a. 29, v. 170, Jul.1995.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVI- DENCIÁRIA. São Paulo: IOB. a. 29, nº 36, set.1995; a. 29, nº 37, set.1995; a. 29, nº 38, set.1995.

REPERTÓRIO DE JURISPRUDÊNCIA: CIVIL, PROCESSUAL, PENAL E COMERCIAL. São Paulo: IOB. nº 17, set.1995.

REPERTÓRIO DE JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO. São Paulo: IOB. nº 17, set.1995.

REPERTÓRIO DE JURISPRUDÊNCIA TRIBUTÁRIO, CONSTITUCIONAL E ADMINIS- TRATIVO. São Paulo. IOB. nº 17, set.1995.

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO. MILTON CAMPOS. Belo Horizonte. v. 2, 1992.

REVISTA DA PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. São Paulo: Revista dos Tribunais. nº 5, 1995. nº 6, 1995.

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATI- VO. Rio de Janeiro: Renovar. v. 200, abr./jun. 1995.

REVISTA DE JULGADOS E DOCTRINA DO TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DE SÃO PAULO. São Paulo. Índice geral nº 17 a 20. 1993.

REVISTA DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Uberlândia. v. 21, n. 1, 2, dez.1992.

REVISTA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Brasília. a. 7, nº 71, Jul.1995.

REVISTA DOS TRIBUNAIS. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. a. 84, v. 715, mai.1995. a. 84, nº 716, jun. 1995.

INFORMATIVO DO TJE

Circulação mensal dirigida aos integrantes do Poder Judiciário.

Distribuição gratuita.

Tiragem: 2.500 exemplares.

Responsabilidade: Secretaria de Administração do TJE.

Edição e Redação Final:

Glória Lima - RP.954 DRT/Pa.

Colaboradores: Lázaro Mangabeira da Silva; Carlos Bezerra Lauzid.

Nazareno Costa, Ednair Leão

e Rubens Farias.

Composição e Impressão

Gráfica da Imprensa

Oficial do Estado.

Locação de imóveis para residências de Juizes

Os Juizes lotados no interior que não possuem residências oficiais em suas comarcas devem procurar a Auditoria Interna do TJE cuja a titular Georgina Pereira dos Santos, fornecerá todas as instruções necessárias quanto ao procedimento adotado na elaboração do contrato de locação. O valor da locação não poderá ser superior a R\$-500 e também só poderá ser realizada mediante prévia autorização da Secretaria de Administração do TJE.

O Ressarcimento pelo Tribunal de despesas efetuadas por magistrados e funcionários sem prévio empenho é vedado pois contraria o disposto no Art. 60 da Lei nº 4.320 de 17.04.64.

A titular da Auditoria Interna do TJE também esclarece que os Juizes do interior e demais funcionários que recebem verbas para ocorrer as despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação em regime de adiantamento e/ou suprimento de fundos, estes não poderão ser utilizados para aquisição de material permanente ou outra mutação patrimonial. Os documentos comprobatórios das despesas efetuadas, serão emitidos em nome da Comarca onde o suprido esteja no exercício. Exigir-se-á nota fiscal quando a despesa estiver sujeita a tributo. As datas dos comprovantes deverão estar dentro do prazo de aplicação do adiantamento e/ou suprimento de fundos.

Curso de Preparação à Carreira da Magistratura

Com a participação de 200 bacharéis em Direito, distribuídos em duas turmas, o curso de "Preparação à Carreira da Magistratura" iniciado neste mês pela Escola Superior da Magistratura (ESM) com duração de 30 dias, não será considerado como prova de título o comprovante de aprovação. Os participantes receberão apenas o certificado de participação, conforme decisão do Tribunal Pleno.

O Juiz Otávio Marcelino Maciel, Diretor de Ensino da ESM informou que

o Curso de Preparação à Carreira da Magistratura previsto no Regimento da ESM, deveria ser feito após a primeira prova ou provão do concurso público para juizes e com uma carga horária de 720 horas aulas o que implicaria em uma duração de seis meses no mínimo. Segundo informações do Diretor de ensino a diminuição na carga horária se deveu ao fato da Comissão do Concurso Público para a Carreira da Magistratura - São 900 inscritos - querer realizar todas as etapas do concurso nesse

Obras raras na Biblioteca "Des. Antônio Koury

O Acervo da Biblioteca "Des. Antonio Koury" do TJE foi contemplado com duas raridades, doadas pelo Des. Manoel Christo Alves, Presidente do Tribunal. As duas raridades tratam-se de: primeiro "Relatório do Tribunal Superior de Justiça do Estado do Para", datado de 31 de janeiro de 1894, sob a presidência do Des. Ernesto A. de Vasconcellos Chaves no governo Lauro Sodré - o Tribunal havia sido instalado em 1º de julho de 1891; "Revista do Tribunal Superior de Justiça do Estado" com as decisões do ano de 1925, sob a coordenação do Dr. João de Morisson Faria Juiz de Direito em disponibilidade.

As duas raras, foram presenteadas ao Presidente do TJE, pelos representantes da Câmara e Prefeitura Municipal de Abaetetuba, por ocasião das comemorações do sesquicentenário do nascimento do Des. Ernesto de Vasconcellos Chaves e centenário da Cidade ocorrido no dia 15 de agosto. O TJE, também homenageou o Des. Vasconcelos e o centenário da Cidade, realizando na Câmara Municipal, uma Sessão Plenária Especial.

novembro próximo. O Juiz Maciel informou também que, o Diretor Geral da Escola Des. Manuel de Christo Alves Filho, Presidente do TJE, autorizou a realização do curso.

A Direção da Escola garante que, o conteúdo programático do Curso Preparatório será mantido e os oito professores que estão ministrando as disciplinas estão empenhados em repassar o máximo possível do programa do concurso - aproveitando inclusive os feriados - ressaltou o Juiz Otávio Maciel.

Congresso da Magistratura discute revisão constitucional

O Poder Judiciário e a Revisão Constitucional foi o tema do X Congresso Brasileiro da Magistratura realizado no Centro de Convenções de Fortaleza - Ceará no período de 15 a 17 de setembro e contou com a participação de aproximadamente 3 mil magistrados de todo o Brasil.

Entre outros assuntos, foi discutido durante o Congresso o controle externo administrativo do Judiciário. Segundo informou o Juiz Otávio Maciel - Pres. da Associação dos Magistrados do Pará, já é feito esse controle pelo Tribunal de Contas do Estado que fiscalizam e aprovam ou não as contas do Judiciário. Para o Juiz, esse celeuma sobre controle externo dos três poderes é de natureza política e, está relacionado com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que puniu um Senador que usou a grática do senado para imprimir material de sua campanha eleitoral. A magistratura brasileira não teme nenhum tipo de fiscalização administrativa, o que não admitem é a quebra da separação dos três Poderes, disse o Juiz acrescentando que o Magistrado já é fiscalizado pela OAB, Imprensa, Ministério Público e advogados das partes.

Outra questão polêmica discutida no Congresso foi a privatização da Previdência. Um Juiz Federal do Nordeste, fez uma análise do balanço da União e provou que a Previdência arrecada 120% a mais do que a União arrecada com IR e outros impostos federais. Logo a alegada dificuldade financeira não se justifica. Caso seja privatizada a Previdência a sociedade estará sujeita a consequências do tipo, má administração, custos altos e outras.

A função social das escolas da magistratura também foi discutida. A Constituição Federal dispõe que os Tribunais têm que promover os cursos de preparação, ingresso e aperfeiçoamento



Juiz Otávio Marcelino Maciel, Presidente da Associação dos Magistrados do Pará

dos magistrados. A Escola da Magistratura paraense não vinha correspondendo totalmente com essa função. O curso de Preparação estava parado e o de aperfeiçoamento foi realizado apenas um na gestão dos Des. Nelson Amorim e outro na gestão da Des. Maria Lúcia. A atual direção da ESM do Pará pretende cumprir, dentro das possibilidades financeiras, com essa função.

As propostas discutidas e aprovada no X Congresso dos Magistrados serão encaminhadas aos setores a elas correspondentes, tais como Tribunais, Governo Federal, Senado e Congresso Nacional.

Tribunal perdeu um de seus desembargadores

O TJE perdeu no início deste mês, um de seus desembargadores. Faleceu na madrugada do dia 1º, o Des. Orlando Dias Vieira. O corpo foi velado no Salão do Tribunal do Juri, sendo sepultado no Cemitério Parque da Saudade, às 6:30 horas.

Orlando Dias Vieira diplomado em dezembro de 1956 pela Faculdade de Direito do Pará, ini-

ciou a carreira da magistratura no cargo de Juiz de Direito da Comarca de Cachoeira do Arari em 9.12.68, onde permaneceu até 6.1.72, quando foi promovido pelo critério de merecimento para a Comarca da Capital. Atuou nas 5ª e 6ª Varas do Fórum Cível de 80 a 81, exerceu a função de Diretor do Fórum. Em junho de 1981, na vaga deixada com a aposenta-



Arq. Fotográfico do Museu Jud.

Des. Orlando Vieira no luto do Des. Romão Amoedo, em 9/a-gosto/91



Em foto recente, Dra. Nanete ao lado do esposo Des. Orlando Vieira

doria do Des. Aluizio da Silva Leal, Orlando Dias Vieira é nomeado pelo critério de merecimento para exercer o cargo de Desembargador do TJE. Em 1984 é eleito membro do Conselho da Magistratura. Ainda neste ano ocupou o cargo de Corregedor em exercício no período de 30 de novembro a 18 de dezembro. Faleceu no exercício do cargo de Desembargador. Deixou viúva a bacharela Nanete Guimarães Vieira, dedicada esposa e companheira de todas as horas.

Informes do Plenário

RELOTAÇÃO

Com a subida ao Desembargo dos cinco Magistrados da Capital, vagaram na 3ª Entrância 5 Varas, duas Penais e 3 Cíveis. Atento ao problema e percebendo haver grande disputa por tais Varas, entre os Magistrados da Capital, o Presidente submeteu à apreciação do Tribunal a questão, e ficou decidido que deveria haver um critério para a relocação, e este deverá ser o de antigamente. A Presidência, então, procederá a relocação, observando o referido critério.

HOMENAGEM

Após emocionado discurso, em homenagem ao Des. Orlando Dias Vieira, falecido em 01 de Outubro do corrente, o Des. JOÃO ALBERTO C. BRANCO DE PAIVA, propôs ao Pleno do TJE, mudança do nome do atual Plenário-Adjunto "Ruy Barbosa", para Plenário-Adjunto "Orlando Dias Vieira", como última homenagem ao desembargador, ficando o nome "Ruy Barbosa" designado para a sala especial do TJE, por decisão unânime do Tribunal.

CURSO PREPARATÓRIO

A Des^a. Maria Lúcia Marcos dos Santos, tecendo considerações sobre o "Curso de Preparação Oficial à Magistratura", com base no que dispõe a Escola Nacional de Magistratura, ressaltou que a duração do curso recém aberto, em nosso Estado, será de 30 dias, e, segundo normas da renomada Escola Nacional de Magistratura, o prazo de duração deveria ser de 720 dias, como Curso de Especialização e alcançar o peso de

prova de Título. Assim, o Tribunal ciente das ponderações decidiu que o curso deverá fornecer o certificado de frequência, ficando de ser estudada melhor a questão no tocante a valer como peso para prova de título.

ASSENTAMENTO

Após relato do digno Presidente, Des. Manoel de Christo Alves Filho, o Pleno do Tribunal, decidiu sobre o assentamento dos novos Desembargadores em Plenário. Após votação, foi decidido, à unanimidade, que o critério para o assentamento seria o da escolha dos novos Desembargadores, ou seja, merecimento-antiguidade. Ficou, assim, ordenada a posição dos novos Desembargadores em Sessão, fugindo o Tribunal da regra de desempate pelo critério da idade.

DESEMBARGO

Teve acesso ao Desembargo, com a unanimidade de votos, pelo critério de antiguidade, a Juíza da Capital, Osmarina Onadir Sampaio Nery, e que tomou posse juntamente com o novo Desembargador Benedito de Miranda Alvarenga nomeado pelo Governador do Estado, e que representa o quinto constitucional. A solenidade de posse foi realizada no dia 20 deste mês e foram saudados segundo a praxe, pelo mais novo Desembargador do TJE.

CORAL DO TJE

Foi submetida à apreciação do Tribunal Pleno a proposição da escolha do nome do "Coral do TJE", sendo apresentado três nomes, e dentre eles o do Exm^o Sr.

Des. Almir de Lima Pereira, fundador do Coral do Tribunal de Justiça. Na próxima Sessão, o Tribunal deverá escolher o nome para o referido Coral, entre os já apresentados na lista.

ALTERAÇÕES NO REGIMENTO INTERNO

O Tribunal de Justiça, em Sessão Plenária, alterou a disposição de alguns Artigos de seu Regimento, considerando o aumento do número de Desembargadores, para vinte e sete, e ainda o disposto no art^o 93, IX da CF, deliberando sobre a competência do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, cujo projeto foi da lavra do Des. Nelson Amorim. Assim o Tribunal Pleno funcionará com a maioria absoluta de seus Membros e terá competência para decidir sobre o aumento do número de Desembargadores; sobre a promoção e remoção de Juízes; sobre a eleição do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor e Membros do Conselho de Magistratura e instalará o ano Judiciário, entre outras. O Órgão Especial, composto por 21 Desembargadores mais antigos, funcionará com dois terços de seus Membros, ou com a maioria absoluta, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados, por outros que não pertençam ao Órgão Especial, pelo princípio da antiguidade, dentre suas competências está a deliberação sobre as propostas orçamentárias do Poder Judiciário; funcionará nas primeiras e terceiras quartas-feiras do mês - e o Tribunal Pleno apenas quando convocado, e antes do Órgão Especial; poderá criar e extinguir Tribunais Inferiores; decidirá sobre matéria administrativa, e outras, constantes na Resolução, aprovada à unanimidade, pelo Tribunal de Justiça.

Atendimento médico de urgência

Magistrados e demais funcionários que necessitarem de atendimento médico de urgência, entre às 18:00 horas de um dia até as 8:00 do dia seguinte devem procurar uma das clínicas abaixo relacionadas e após às 8:00 horas comunicar o Serviço Médico do TJE, para que sejam tomadas as providências que o caso requerer.

Clínicas e Hospitais

01 - Clínica Pediátrica do Pará - Av. Serzedelo Correa, 354. Fone: 222-7681

02 - Instituto Saúde da Criança - Trav. 03 de Maio, 1.787. Fone: 249-2317.

03 - Clínica do Bebê - Rua dos Mundurucus, 1.613 - Fone: 241-4514.

04 - Hospital Sírio Libanês - Av. Duque de Caxias, 1.020. Fone: 226-0206.

05 - Clínica S. Luiz - Av. Alcindo Cacela, 1.581. Fone: 249-1900.

06 - Clínica dos Acidentados - Av. Nazaré, 1.187. Fone: 241-3344.

07 - Clínica Anchieta - Av. Governador José Malcher, 651. Fone: 241-2444.

08 - Instituto Tadeu Sampaio - Rua Antonio Barreto, 734. Fone: 242-3615.

08 - Maternidade N. Sra. de Fátima - Rua Domingos Marreiros, 1.816. Fone: 246-0166.

09 - Clínica Lauro Queiroz -

Trav. Lomas Valentinas, 2.451. Fone: 226-2839.

10 - Hospital Guadalupe - Rua Arcipreste Manoel Teodoro, 734 - Fone: 212-9977.

11 - Hospital N. Sra. de Nazaré - Trav. 2ª de Queluz, 515. Fones: 249-2445 - 229-3733.

12 - Clínica Samaritano - Trav. Lomas Valentinas, 2585. Fone: 228-0963.

13 - Hospital Ordem Terceira - Rua Frei Gil de Vila Nova, 59 - Fone: 212-2777.

14 - Beneficente Portuguesa - Generalíssimo Deodoro, 868 - Fone: 241-4144.

Serviço médico

Aviso

As informações sobre o Serviço Médico do TJE, prestadas na edição de nº 29, deste "Informativo do TJE", foram equivocadas. A orientação é a seguinte: Os Servidores - principalmente os lotados nas Comarcas do Interior - quando se deslocarem para capital em busca de atendimento médico do IPASEP, devem inicialmente procurar o Serviço Médico do Tribunal para orientação e esclarecimento sobre os serviços e postos de atendimento do IPASEP, que deverão recorrer.

Aniversariantes de novembro

Os dirigentes do Trib. de Justiça parabenizam os aniversariantes de novembro, são estes:

01 - Joaquim Benigno de Brito Nunes, Josias da Conceição Cordeiro, Lourdes de Fátima Rodrigues Barbagelata, Margarette Maria de Jesus.

02 - Cesar Augusto Dias Lobo Junior, Des. Hamilton Ferreira de Souza, José Adelino Soares Noronha, Maria Darlice Monteiro Nunes, Orlando Pereira, Rosita do Socorro R. Marques.

03 - Adalberto Tavares Gouveia, Adriana de Nazaré de Nascimento Frazão, Des. Humberto de Castro, Maria Djanira Caldas de Souza, Mario Hiroshi Kobayashi.

04 - Leonel Almeida Magalhães, Maria Goreti de M. R. Monteiro, Maria José de Campos Lameira.

05 - Angela Maria de Vilhena Martins, Cleber Cardoso da Costa, Maria do Socorro G. Azevedo, Ronaldo Rangel de Andrade, Rosalina Farias da Costa Brito, Vera Maria do Carmo Vale.

06 - Alverina Rodrigues Ferreira, Julza Edith Ribeiro Dias, Juiz Enivaldo da Gama Ferreira, Evandro Teixeira de Azevedo Junior, José Anivaldo Rosendo da Silva, Julza Kedima Pacifico Lira, Rosely Conceição Souza.

07 - Josilda de Almeida Ribeiro, Raimundo Nonato da Silva Menezes, Ruth Helena das Dores Silva.

08 - Aldo Macedo Botelho, Daniel Santos dos Santos, Pretor Geraldo Cunha da Luz, Gilvana Ribeiro Freitas, Saulo Assunção Lobo.

09 - Juiz Alvaro José Norat de Vasconcelos, Ana Lucia Aquino Barbosa, José Carlos Guimarães Silva, José Lauro da Costa Filho, Leocadia Noleto da Costa, Maria de Nazaré Costa de Andrade, Oneide Maria Barros da Silva, Reinaldo Carvalho Lima, Teodoro Pedro de Souza.

10 - Antonio Carlos Silva dos Santos, Iza Rejane Pereira

Juiz Ital
gues, José
de do Sei
Michel P
Santos Go

11

cio Correa, Antonio Nery de Souza Junior, Antonio Neusivaldo de Lima Magalhães, Pretor Jahir Galvão de Lima, Juiz José Maria Teixeira do Rosário, Josias Alves da Silva, Maria Celia de Figueiredo, Juiz Pedro Pinheiro Sotero, Raimundo Adalto Alves Martins, Sebastião Rubens da Silva Pontes.

12 - Alcindo de Souza, Ana Graziela de Oliveira Losada, Renato Diogo Roldão do Nascimento.

13 - Antonio Alves da Cunha Neto, José Euripedes Parreira, José Luiz Brasil de Salge, Laércio Borges da Silva, Marcia Lucia Nunes Marinho, Maria de Nazaré da C. Rendeiro, Sidney Abdon Guedes.

14 - Angela Maria Donatelli, Augusto Cesar Borralho Ferreira, Julza Heraldal Dalcinda Blanco Rendeiro, Hilanezi Silva Rabelo, Maria Aparecida Pereira de Brito, Terezinha Moraes Gueiros, Zenilda Pereira Leite.

15 - Cicero Rodrigues, Eliana Santos Trindade, Gonçalo Monteiro, Katia Maria Leão Amorim, Orlando José P. Paixão.

16 - Edgar dos Santos, Julza Eva Maria Pinto da Silva, Hamilton Pinheiro de Araújo, Sandra Maria Losada Maia, Telma Sueli Souza do Rego.

17 - José Roberto Maia Gordo, Luis Celso Acacio Barbosa, Paulo José Ferreira da Silva, Raimundo Francisco Lima, Ruy Celso Ferreira Moura.

18 - Carla Blanco Rendeiro, Manoel Oliveira de Farias, Maria de Fátima da Silva.

19 - Alacid Tavares Monteiro, Antonio Jalino Valente Cota, Carlos Magalhães Gomes, Francisca Manito de Lima, Manoel Leandro Pamphilo, Maria das Graças Garcia Chermont, Maysa Barbalho F. dos Santos.

20 - Carla Miriam Fonseca Pinto de Almeida, Catarina do Socorro Marques da Costa, Celina Carmen Vidial Carvalho, Pretora

Monarcha, Leonete Carvalho Ferreira Mendes, Maria do Socorro Cardoso Neves, Maria Veras Alves de Campos, Mary Conceição Lima Frazão, Paulo Roberto Pequeno da Paiva, Sidalia Souza do Amaral, Silvio Roberto Souza da Silva.

22 - Antonio Pinto Lisboa, Helio Bezerra de Freitas, José Elias Rufino de Matos, Marco Antonio Sarmento Pinheiro.

23 - Ana Lucia Pinheiro de Aquino, Antonio Fausto Martins Nunes, Eneida Daisy Chermont Barreira Pampolha, Evalisio José Mendes Costa, João Luis Morai Pires, Marcio Joaquim Moreira dos Santos.

24 - Adauto José Soares Nascimento, Antonio Magalhães da Silva Filho, Augusto João Alamar, Joana Amaral do Rosário, Jo-sette de Jesus Lassance Maya, Maria Firmina Souza Freitas, Moacyr U. Ribeiro Santiago, Pedro Almeida da Silva Junior.

25 - Ana Claudia Miranda de Freitas, Jair Nery Junior, Juliomar Nunes Lemos, Paulo Henrique da Silva Rodrigues.

26 - Antonio Aliton Benone Sabba, Glauca Regina Centeno Cordeiro, Iracelia Carvalho de Araújo, João Xavier Pantoja, José Marques da Silva Filho, Júlio Cesar Nascimento de Souza, Julza Luzia do Socorro Silva dos Santos, Reinaldo Virgens da Silva, Rita Cecilia Viana de Souza, Ronaldo do Socorro Leão Nazaré.

27 - Fabíola Bestene de Oliveira Almeida, Hamilton Barbosa Imbiriba, Maria das Graças Martins, Raimunda Costa de Merces.

28 - Crislida Pantoja Soares, Juiz Leonardo de Noronha Tavares, Rogério Sousa Silva.

29 - João Batista da Silva Imbiriba, Lazaro Pereira do Carmo, Maria de Fátima da Silva Chagas, Maria de Nazaré Costa da Sil-

Alvaro Augusto de
s, André Saraiva da
berto Gonçalves de
Ruth Nazaré de Cou-
nia Ribeiro de An-

N.Cham. 341.3

Título: Informativo TJPA.



17811

20364

Ex.1 v.3, n.30, out. 1995 TJE-PA BC

José Maffei e Silva

18 - Criação da OAB (1930)

26 - criação do Ministério do Trab. (1930), Dia do Ministério Público